

# Adiada votação de incentivo à indústria automobilística

por Luiza Pastor  
de Brasília

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados retirou ontem da pauta da reunião a apreciação do projeto de lei do governo de nº 3.721, que cria estímulos ao comércio exterior para as empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos. A razão alegada para o adiamento foi a falta de um parecer sobre o projeto, do relator da matéria, deputado Benito Gama (PFL-BA).

Além do adiamento, a comissão também resolveu encaminhar às lideranças dos partidos um pedido para que não seja aprovado o regime de urgência urgentíssima para esse projeto. A maioria dos parlamentares presentes defendeu maior prazo de discussão do assunto, a fim de que os partidos possam examinar as propostas de alterações que foram sugeridas nos últimos dias, inclusive pelo próprio governo.

Em reunião realizada na terça-feira passada na Comissão de Economia da Câmara, o governo havia de-

fendido a inclusão no projeto de um mecanismo que evite a concentração das importações de insumos previstas pelo texto acordado dentro da câmara setorial. Essas importações serão beneficiadas pela redução das alíquotas do imposto devido, desde que em volume máximo equivalente à metade do total que for exportado. A proposta do governo é que, no máximo, 50% do total a ser importado com o benefício possa referir-se a um único produto.

Essa medida foi proposta pelo governo como forma de conciliar o acordo feito com o setor automotivo e as reivindicações do setor siderúrgico, que temiam uma importação maciça de aço com benefício fiscal.

O governo também defendeu a alteração do índice de nacionalização proposto no projeto, com sua ampliação para o setor de autopeças.

Outro ponto que ainda exige discussão entre os parlamentares é a definição de uma cota de importação para veículos, que o governo não quer ver fixada na lei.